

O Reformismo Ilustrado e a construção de espaços coloniais: os sertões da América portuguesa nas memórias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa (1779-1800)

The Enlightened Reformism and the construction of colonial spaces: The backlands of Portuguese America in the economic memories of Academia das Ciências de Lisboa (1779-1800)

Antonio José Alves de Oliveira | Instituto Nacional da Mata Atlântica

antoniojosealvesdeoliveira70@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5019-5983>

RESUMO Este trabalho tem como objetivo discutir os projetos coloniais para os sertões da América portuguesa elaborados e discutidos nas memórias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa em fins do século XVIII. Tais proposições se entrelaçam às perspectivas do Reformismo Ilustrado, elencando a agricultura e a circulação de espécimes como forma de melhor aproveitar as potencialidades coloniais. Assim, a partir da perspectiva da história ambiental e da história das ciências buscamos analisar os projetos dos ilustrados, bem como a circulação de conhecimentos em diferentes esferas, na relação estabelecida com o mundo natural e com as populações dos sertões da América portuguesa entre 1779 e 1800.

Palavras-chave América portuguesa – espaços coloniais – ciência imperial.

ABSTRACT *The work aims to discuss the colonial projects towards the backlands of Portuguese America created by Enlightened thinkers and discussed in the memórias econômicas of Academy of Sciences of Lisbon in the end of 18th century. These projects were entangled by the perspectives of Enlightened Reformism, listing agriculture and circulation of specimens as a way of better profit from colonial potentialities. Thus, from the perspective of environmental history and history of sciences we aim to*

analyze the projects, the circulation of knowledge in different spheres and the relationship built with the natural world and the populations of the backlands of Portuguese America between 1779 and 1800.

Keywords Portuguese America – colonial spaces – imperial science.

Ciência, circulação do conhecimento no Reino e nas conquistas no século XVIII

Em outubro de 1784, o então capitão-mor do Ceará Grande, João Baptista de Azevedo Coutinho e Montauray enviou um ofício ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, assegurando o envio de caixotes com “produtos naturais” da capitania da América portuguesa a qual estava incumbido de administrar.¹ No mesmo período, um padre jesuíta de nome João de Loureiro, então encarregado de estudos em história natural e botânica, do outro lado dos domínios coloniais portugueses também coletava espécimes vegetais, enviando relatos sobre a apreensão do mundo natural nas mais distantes porções dos domínios coloniais portugueses na Ásia e no continente africano.

Projeto abrangente, portanto, que envolvia várias porções do império português. Tal projeto articulava vários olhares da ciência setecentista empreendida pelos súditos ultramarinos com o intuito do engrandecimento do Reino, com novas formas de exploração e reconhecimento das potencialidades do mundo ultramarino. Ao mesmo tempo que ansiava por colocar Portugal nos caminhos da ciência moderna empreendida pelas potências coloniais, nomeadamente a Inglaterra e a França àquele período. E tratava-se principalmente de encontrar um caminho que entrelaçasse as várias possessões ultramarinas por meio desses conhecimentos científicos.

A apreensão do mundo natural por um determinado viés (moderno, instrumental, racionalista) nos mais distantes domínios do Ultramar português era o ponto central desse empreendimento em tempos de crise do Antigo Regime e esgotamento de um determinado modelo de colonização, principalmente no que se refere à América portuguesa. Projeto este que embora tivesse seus alvares no período pombalino, entre 1750 e 1777, ganhou mais força somente com a chamada “Viradeira” durante o reinado de Maria I.

Após a morte de dom José I e a subida ao trono de Maria I, a nova monarca buscou afastar-se da política efetivada pelo marquês de Pombal, o ministro plenipotenciário josefino. O período em que d. Maria buscou efetivar a sua marca na cultura e na política portuguesa ficou conhecido como a “Viradeira”. Se como bastião de sua política, Pombal buscava evidenciar e dar suporte ao comércio, fortalecendo uma classe burguesa em ascensão, d. Maria, ao menos simbolicamente buscava enfatizar o papel da corte e retomar as tradições eclesiásticas. Nas demonstrações simbólicas de poder, praças, edifícios públicos e espaços em construção com a marca pombalina do comércio restavam inacabados, por outro lado, igrejas, touradas e procissões retomavam temporariamente a sua posição habitual na sociedade portuguesa (Ver Schwarcz, Azevedo, Costa, 2002).

1 Ofício do capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho e Montauray, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar [Martinho de Mello e Castro] remetendo caixotes com produtos feitos na capitania. Anexo: lista. Documentos Avulsos. Digitalizados Projeto Resgate. Caixa 10. Doc. 609. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 25 out. 1784.

Entretanto, na “Viradeira” política, ao passo que a nova monarca buscava impor os símbolos do seu poder e dos grupos ao qual seu poder se sustentava, por outro lado, seu reinado se mostrava tributário direto das várias políticas empreendidas no decorrer do longo ministério do marquês de Pombal, e no essencial da política colonial houve propriamente mais continuidades do que descontinuidades durante o seu reinado.

A *Academia das Ciências de Lisboa* fora fundada, em 1779, por Domenico Vandelli,² o naturalista italiano que havia chegado a Portugal na década de 1760, e havia sido nomeado diretor do Museu Real da Ajuda, fora incumbido junto com outros pensadores a reformar a Universidade de Coimbra, em 1772. No período do governo de Maria I passa a colher os primeiros frutos do seu longo trabalho, e em 1783 vê uma primeira equipe dos egressos da Universidade de Coimbra serem enviados ao Ultramar com a missão de explorar as potencialidades ultramarinas na América e na África. No aspecto da vida cultural e científico a “Viradeira” toma melhor forma, principalmente com maiores incentivos à Academia das Ciências de Lisboa.³ Com a reforma da Universidade de Coimbra, passa-se a abandonar elementos escolásticos de suas cátedras e a pensar elementos da Ilustração e da ciência moderna, principalmente no que trata ao experimento e às viagens de campo. A criação do Jardim Botânico na Ajuda, ao lado do novo Paço Real, com o intento de recolher espécimes vegetais de todo o mundo ultramarino português, das possessões asiáticas, africanas e americanas também é um sintoma deste projeto.

Se faz interessante pensar esses sintomas através dos produtos culturais tecidos pelos ilustrados portugueses e luso-brasileiros à época. A Academia das Ciências de Lisboa passou a publicar sistematicamente em suas *memórias* elementos para as transformações a serem empreendidas no Reino e no Ultramar, projetos reformistas para responder à crise do sistema colonial e lidar com a crise do Antigo Regime. Mas, ao lado das memórias econômicas, publicadas a partir de 1789, no alvor da crise do Antigo Regime, a aposta reformista ilustrada portuguesa também versava sobre um certo entendimento sobre a ciência moderna, donde as “*memórias de matemática e physica*” ocupavam um lugar específico na cultura portuguesa. E por fim, ainda enquanto um sintoma de uma função social ocupada pela Academia de Ciências, estava a compilação dos relatos quinhentistas e seiscentistas dos portugueses, atribuindo um determinado sentido à história das navegações.

Mais do que um domínio sobre o espaço, talvez este último projeto tentasse lidar e versar sobre um certo domínio sobre o tempo, com a fabricação de uma memória e um enclave dentro dos imaginários coloniais setecentistas. Se o principal objeto de divulgação, as *memórias econômicas*, buscava assegurar o melhor aproveitamento das possessões ultramarinas de forma bastante prática, refletindo sobre o presente e o futuro, o resgate e a divulgação dos relatos quinhentistas e seiscentistas pela Academia tinha como papel assegurar no campo da

2 Domenico Vandelli (1735-1816), nascido em Pádua na península itálica, viveu em Portugal entre 1764 e 1810, foi um dos sujeitos mais influentes na transformação do pensamento social e científico português na segunda metade do século XVIII. Participou ativamente das reformas da Universidade de Coimbra em 1772, e ao lado do ministro de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Mello e Castro, enviou naturalistas às mais distantes paragens do Império Ultramarino Português, ao passo que mantinha uma correspondência ativa com Carl von Linné. Cf. Raminelli (2008).

3 A Academia de Ciências de Lisboa se tornou então um dos principais eixos de produções culturais no reinado de Maria I, ultrapassando inclusive a Academia de História no que concerne aos investimentos adquiridos. Ver principalmente Schwarcz, Azevedo e Costa (2002) e Silva (2015).

memória e da história que estes territórios haviam de fato sido frutos de conquistas e feitos portugueses na época moderna.

No que diz respeito às memórias econômicas, os incentivos da Academia e do Ministério de Estado dos Negócios Ultramarinos e Domínios do Ultramar impulsionaram uma série de viagens de ilustrados, as mais reconhecidas delas advindas do grande projeto de 1783, que ambicionava enviar um quadro de ilustrados luso-brasileiros formados em Coimbra para a principal possessão portuguesa ultramarina, o Brasil. Malgrado o projeto de enviar os naturalistas João da Silva Feijó,⁴ Alexandre Rodrigues Ferreira,⁵ Manoel Galvão da Silva e Joaquim José da Silva ao lado de seus respectivos riscadores e gravadores, a Coroa portuguesa os enviou para diversos e esparsos domínios coloniais, principalmente na África: Cabo Verde, Moçambique e Angola, e, no Brasil, para as capitanias de Rio Negro, Grão-Pará e Amazonas. Como fora o caso da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira nas recém-conquistadas fronteiras da América portuguesa.⁶

Mas não somente os naturalistas enviados às possessões estavam incumbidos da escrita das memórias econômicas, pensadores no Reino e espalhados pelas possessões portuguesas enviavam suas apreensões do mundo natural aventando soluções e elaborando projetos para o aproveitamento das potencialidades nas possessões ultramarinas. Mais do que isso, como assinala Silva (2015, p. 10), “as memórias aí publicadas – consideradas como uma instância do periodismo científico na transição do século XVIII para o século XIX – constituem um ótimo indicador das opções programáticas da Academia, permitindo-nos determinar a sua evolução”. Assim como as opções programáticas, geografias coloniais e projeções do Reino para as suas possessões.

Essa articulação de possessões e olhares em torno do mundo natural na extensão dos domínios coloniais portugueses possui algumas particularidades às quais interessa lançar alguns questionamentos. O primeiro deles concerne à retomada de circulação de espécies vegetais, práticas e conhecimentos na extensão dos domínios ultramarinos. O segundo, diretamente relacionado com o reconhecimento das práticas sobre o mundo natural e acerca dos mesmos vegetais em circulação, incide sobre a tentativa de reconhecimento das potencialidades e de exploração de forma mais articulada dos recônditos de domínios coloniais na Ásia, América e África, implicando em variadas formas de disputa e negociações com os nativos e, principalmente com o mundo natural.

Nesse empreendimento e com o esforço de se fazer presente nas redes da ciência setecentista, os sujeitos incumbidos de realizar as viagens acabavam por deixar nos seus escritos suas

4 João da Silva Feijó, nascido em Guaratiba, no Rio de Janeiro em 1760, viajou para Portugal ainda muito jovem, onde estudou ciências naturais, aproximando-se assim de Domenico Vandelli e da Universidade de Coimbra reformada. Em 1783, foi enviado a Cabo Verde, onde esteve por mais de uma década na condição de naturalista da Coroa. Quando retorna à Lisboa em 1797 trabalhou no Jardim Botânico da Ajuda até 1799, data em que foi enviado para o Ceará com a missão de produzir salitre e estudar a flora da região. Terminou seus dias no Rio de Janeiro, como professor de zoologia e botânica da Academia Militar. Ver principalmente Pereira, Santos (2012).

5 Alexandre Rodrigues Ferreira, nascido na Bahia (1755-1815, Lisboa). Frequentou o curso jurídico em 1770 e em 1772 matriculou-se no curso de filosofia. Em 10 de janeiro 1779 tomou o grau de doutor e começou a trabalhar no Real Museu de História Natural d’Ajuda. Aos 22 anos foi o nomeado por d. Maria I como *primeiro naturalista português encarregado da expedição científica denominada Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Ver Raminelli (1998, p. 159).

6 Embora a fronteira norte do Brasil com as possessões espanholas estivesse sendo negociada desde o Tratado de Madri, em 1750, o último tratado de fronteiras com a Coroa espanhola se dá em 1777, seis anos antes da expedição de Rodrigues Ferreira, o Tratado de Santo Ildefonso.

maneiras de compreensão do mundo natural e das sociedades com as quais se deparavam, mais do que isto, incidiam sobre como classificavam aspectos do mundo natural e das populações com as quais se relacionavam. Emergem então vários projetos de investigação nas “memórias econômicas”, sejam estes com propostas de transformação do Reino, escritas pelo próprio Vandelli, ou com intervenções e articulações em toda a extensão dos domínios ultramarinos, como no caso do padre jesuíta transmutado em naturalista João de Loureiro. Tais escritos podem nos trazer indícios sobre o que se pensava para o melhor aproveitamento de regiões até então pouco exploradas das “conquistas”, na perspectiva dos ilustrados. Tal política e projeções coloniais possuíam determinados cânones, proporcionando uma base para a leitura da natureza e das sociedades com as quais se deparavam, mas isso não impedia as formas diferenciadas de leitura do espaço e do mundo natural.

Tal política incidia, principalmente na América portuguesa, em uma tentativa de reforma do “sistema colonial”⁷ (Novais, 1989, p. 234). Encontrar mecanismos e dar respostas à crise do sistema colonial e intensificar projetos de exploração colonial era a tônica dos discursos e das representações, a principal forma com a qual pensadores ilustrados, “homens de ciência” e administradores coloniais lidavam com a temporalidade e com a leitura de seu entorno. E isso impulsionava uma pressão em mapear, descrever, relatar, coletar novas espécies e novos usos e principalmente em dar maior atenção às regiões que até então haviam sido pouco importantes ao olhar da Coroa portuguesa.

Nesse sentido, o Reformismo Ilustrado, nas palavras de Fernando Novais, se configurava como um “difuso programa de reformas que preconizava um esforço mais ou menos dramático de reajustamento às tendências dominantes com vistas à dinamização da economia e vitalização da sociedade, sem contudo, atingir as suas estruturas fundamentais” (Novais, 1989, p. 11). E ainda, a crise do sistema colonial, na maneira como a compreende o mesmo Novais, é entendida como “o conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles europeias” (Novais, 1989, p. 12). Assim, em última instância, os principais pensadores da política colonial portuguesa, na percepção das manifestações da crise do Antigo Regime e do sistema colonial, fizeram uma escolha política pelo reformismo, no sentido de intensificar as práticas de conquista do mercantilismo até os seus limites, gerando uma política de incentivos à produção e ao comércio no mundo colonial ultramarino.

Interessante atentar, portanto, no apelo existente para uma rede da ciência portuguesa para absorver, nesse projeto abrangente de reforma, elementos da administração colonial, com os incentivos e as comunicações das possíveis soluções aventadas no Reino, com as discussões que envolvem apropriações da história natural como uma determinada política de Estado. Com

7 Para Novais, com a iminência e a apresentação de um quadro de instabilidade do Antigo Regime e de crise do sistema colonial, no Reino não foi tomada nenhuma medida de modificação estrutural em relação a adaptação às modificações do sistema capitalista industrial que se desenhava, a aposta, portanto recaiu sobre um plano de reforma, que tinha o Ultramar, e os estímulos sobre o Ultramar como principal linha de estratégia. A opção política articulada era a manutenção da integridade do Ultramar a qualquer custo, mesmo que para isso fosse necessário mesclar ideias mercantilistas clássicas com um plano de cessão e de estímulos à produção. Em grande medida, rejeitava-se o metalismo estreito, e buscava-se assentar as bases na produção e no comércio. O plano reformista ilustrado, ou *mercantilista ilustrado*, como o conceitua Novais (1989, p. 234), chegava ao entendimento da inversão da ortodoxia mercantilista, apostando numa “diretriz segundo a qual a metrópole pode e mesmo deve ter um comércio deficitário com a colônia, para tê-lo superavitário com as demais potências.”

efeito, a própria análise dos interesses dos sujeitos históricos envolvidos no fazer-se dessa ciência portuguesa e global implica o entendimento de uma politização da prática “científica”, e ainda a transformação no próprio entendimento da ciência, que deveria, portanto, ser encarada como uma política incentivada e levada a cabo nos mais distintos espaços do Reino e das conquistas ultramarinas. E isso não apenas por grandes e reconhecidos “homens de ciência”, mas principalmente por outros setores da sociedade, que, apropriando-se dessa política, buscassem também dar respostas à crise a partir de suas apropriações e como funcionários régios.⁸

O fazer-se dessa “ciência imperial”, com conexões e redes espalhadas pelo globo e os produtos destas, situa-se em direta contraposição a um modelo historiográfico que insiste nas narrativas grandiosas, no discurso laudatório que coloca sujeitos históricos como heróis solitários. Contrapondo-se a essas narrativas, se faz importante atentar para os indivíduos que compõem e estruturam a prática e os conhecimentos que aparecem como produtos da ciência imperial (Safier, 2008). Ao mesmo tempo que se faz importante atentar para a tessitura das narrativas, e dos interesses políticos dos indivíduos.

Safier (2008) com isso busca desmontar o mito do conhecimento científico asséptico e distante, e mostrar que até a elaboração de um “produto final”, representação gráfica ou cartográfica, existe uma série de outros sujeitos históricos imprescindíveis na composição da dita “ciência universal” da Ilustração. O que nos leva a questionar a ciência também como um campo de disputa, por um lado política, as várias disputas dos impérios interessados em um determinado contexto histórico, os interesses políticos das metrópoles em relação às suas colônias, mas também e principalmente, uma disputa geográfica (Safier 2008, em especial o cap. 5).⁹ O reconhecimento de uma geografia do poder, a importância em se indagar o lugar de produção dessa “ciência universal”, posto que na Ilustração é o europeu o sujeito do conhecimento, e mais do que isso, o parâmetro de medida para os mundos sociais e os diferentes indivíduos com os quais se depara. Aqui é interessante perceber também que mesmo o conhecimento produzido no Iluminismo, que se queria objetivo, científico, definitivo e universal, derivava de outras formas de conhecimento, principalmente relatos de viagens, que continham uma série de outros sujeitos que foram sub-repticiamente apagados das narrativas (Safier, 2008).¹⁰

Se faz importante o procedimento metodológico de observar sempre a materialidade dos discursos engendrados, ou antes, o processo de materialização dessas práticas ditas científicas: os “produtos finais”. E isso implica uma contraposição que observa a maneira como foram construídos esses mesmos produtos culturais. Nesse caso, seja a cartografia sejam os relatos de viagem possuem uma experiência concreta, vivências e práticas do espaço e do mundo natural de indivíduos que percorreram tais espaços, experimentaram, mediram e relataram, e do mesmo modo, é necessário que se observe as várias camadas de leituras e de indivíduos que compõem

8 Essa discussão acerca de uma falsa polarização entre ciência e política é levada a cabo principalmente por Latour (2000). Propomos aqui colocar esse debate em perspectiva principalmente pela razão de que estes autores não levam em consideração elementos de suma importância: a produção de uma ciência ou uma geografia colonial não é feita em um vácuo, como nos alerta Neil Safier (2008). Disputas e negociações com os nativos e principalmente com o mundo natural são a tônica do engendramento dessa produção, assim como dos discursos e das representações.

9 A esse respeito ver também Gerbi (1996) e os últimos estudos de Canizares-Esguerra (com Thurner, 2022).

10 Nesse caso específico Safier (2008) analisa os relatos de viagem do francês Charles Marie de La Condamine e sua utilização dos relatos do jesuíta Fritz como principal fonte de conhecimento escrita sobre as regiões com as quais se deparou. Ademais, os conhecimentos e as práticas dos locais foram largamente utilizados pelo ilustrado na “montagem” de seu supostamente asséptico e ilustrado conhecimento sobre a região.

essa mesma materialidade. No caso dos conhecimentos locais, estes, não raro, são sistematicamente suprimidos por parte dos narradores ou viajantes ilustrados, que se apropriam desses conhecimentos, deixando de lado seus informantes, diálogos com as populações com as quais lidam cotidianamente sobre o reconhecimento do espaço. Opera-se uma tradução cultural que transforma os sentidos atribuídos à terra, ao ambiente, e o mundo natural em disputa, lidos então na perspectiva de um espaço colonial, representado, grafado, donde se pode operar um poder, portanto, governável.

No caso da ciência portuguesa ilustrada, Raminelli aponta o papel de instituições que serviram como “centrais de cálculo”, utilizando aqui a conceituação de Latour. Tais instituições, como a Academia das Ciências de Lisboa e o Museu Real da Ajuda, atuaram no sentido de fazer funcionar essa circulação dos conhecimentos e das informações, fluindo das “conquistas” para o Reino, principalmente ao longo da segunda metade do século XVIII. Destaca ainda a importância de sujeitos que centralizaram a condução desse processo, como o italiano Domenico Vandelli (Raminelli, 2008; Latour, 2000). Em tais instituições emergiam os produtos das avaliações dos espaços coloniais, que então são sistematizados e transmutados em elementos supostamente assépticos nas memórias econômicas da Academia, sem sinal evidente das experiências de indivíduos, dos mais variados, que se fizeram imprescindíveis nas mesmas composições.

Os funcionários régios, agentes coloniais, naturalistas e administradores tinham como uma de suas funções evidenciar o que poderia ser melhor aproveitado na extensão dos domínios coloniais portugueses, e, com o contato com o mundo natural que vivenciavam, deveriam propor soluções, elaborar projeções coloniais de grande envergadura, como veremos a seguir com uma análise dos escritos de Domenico Vandelli e do padre João de Loureiro. No entanto, esse é apenas um nível dessa circulação de conhecimentos.

Essa ciência moderna se constrói em meio a mestiçagens, e no entanto, os aprendizados com as populações locais dificilmente, nesses contextos históricos e muito menos no contexto histórico que nos concerne, excluem práticas violentas e racistas. Ramada Curto aponta para esse aspecto quando coloca em uma perspectiva de compreensão as atividades dos portugueses nos vários quadrantes do globo. Afastando-se de uma historiografia nacionalista que pretendia engrandecer os feitos lusitanos no Ultramar, Curto aponta que se faz necessário se compreender de que maneira essa “cultura imperial”, que emerge no processo de mundialização já no século XVI, estava também diretamente associada às práticas excludentes, violentas e racistas nos mais diversos pontos do planeta (Curto, 2009).

Os interesses científicos, como já evidenciado por Latour (2000), são intrínsecos e inseparáveis a interesses políticos e econômicos, o que necessariamente não quer dizer que não exista algum tipo de fundamento nos estudos “científicos” ou que não ocorram avanços nos debates e acerca da produção de conhecimentos. As dimensões materiais e econômicas dessa produção e circulação do conhecimento no mundo colonial se faz de grande importância serem questionadas por colocarem em cena sujeitos históricos com longo contato e vastos conhecimentos e vivências no mundo natural a ser interrogado e descrito pelo olhar colonial da Ilustração. O próprio “cenário”, nessa perspectiva, deixa de ser apenas o lugar imóvel onde ocorrem as ações dos sujeitos históricos e passa a ser um agente não humano importante para a compreensão desse fazer-se da produção do conhecimento sobre os espaços das “conquistas” portuguesas. A produção e circulação do conhecimento, ao invés de ser pensada, como analisa Kapil Raj, pela perspectiva da República das Letras fluindo livremente entre pensadores

européus, ganha aqui a sua dimensão material e humana e é pensada principalmente como fruto de negociações, em suas mais variadas vertentes (Raj, 2007), com o ambiente e com as sociedades que nele interagem.

Entretanto, na própria Academia das Ciências de Lisboa, prognósticos, projeções e tensões sobre os rumos da política imperial eram uma tônica. Logo no primeiro número das memórias econômicas, as discussões versavam sobre qual o papel e a função da agricultura no Reino e no Ultramar, qual o lugar a ser ocupado pela mineração, e como assimilar o novo lugar da mineração (secundado pela agricultura no pensamento fisiocrata) com uma política de recuperação por métodos mais racionais.

A Academia das Ciências de Lisboa havia sido fundada em 1779, mas somente dez anos depois, em 1789, o seu principal instrumento de divulgação, “as memórias econômicas”, passou a circular. Nos seus números circulam aspectos candentes da nova orientação e política portuguesas, para melhor investigação do mundo natural do Reino e das colônias ultramarinas, associando a isso uma série de prognósticos e possibilidades para o futuro do império português.

Podemos questionar, portanto: o que essa dinâmica, no final do Antigo Regime e as pressões em relação à crise do sistema colonial podem nos indicar acerca dessa nova pressão por reconhecimento e exploração desses espaços coloniais? E mais do que isso, o que essas pressões, que desencadeiam elementos referentes a especializações da colonização, podem nos indicar em relação às transformações nas representações e atitudes frente ao mundo natural e às populações que então residiam em tais espaços, e ainda, diretamente relacionado a essa questão, o que esses produtos da ciência e da geografia colonial podem nos indicar sobre os caminhos obliterados e omitidos dos produtos culturais da ciência ilustrada lusitana? Sejam estes as cartas geográficas ou as memórias econômicas e filosóficas em relação às disputas territoriais frente ao espaço e às populações com projetos colocados também em disputa.

Os projetos para os domínios coloniais e as *Memórias econômicas*

O pensamento de transformação das práticas frente ao mundo natural no Reino e nos domínios coloniais se deixa evidenciar desde a primeira edição das *Memórias econômicas*, em 1789. Nesta, o abade Correa da Serra, um dos membros fundadores da Academia, argumenta que o primeiro passo de “uma nação, para aproveitar suas vantagens, é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o de que são capazes. A História Natural é a única ciência que tais luzes pode dar; e sem um conhecimento sólido nesta parte, tudo se ficará devendo aos acasos, que raras vezes bastão para fazer a fortuna, e riqueza de um povo”.¹¹

Estava implícita na escrita do abade, um ilustrado estrangeirado,¹² uma crítica veemente ao modo como a política portuguesa era conduzida, de forma descuidada, apegada aos dogmas e à

11 *Memorias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: na Officina da Academia Real das Ciências, 1789. p. VIII.

12 Na história social das ideias em Portugal, diz-se estrangeirado aos intelectuais e pensadores que haviam completado suas formações em solo estrangeiro, principalmente francês, absorvendo e se apropriando de ideias críticas ilustradas.

autoridade, sem espírito crítico e sem inovação, tendo, na visão do abade, sérias consequências na vida cultural da população portuguesa como um todo. A Academia de Ciências tinha como intuito transformar essas práticas. Dessa forma, no Reino e nas conquistas, onde pudesse se fazer influenciar, os ilustrados portugueses buscaram transformar a forma de apreensão do mundo natural. Aproveitar melhor, observar melhores usos, racionalizar o mundo natural e transformá-lo em ambiente colonial. Buscavam escrutinar o mundo natural a partir de novas práticas e experiências da história natural do século XVIII. Estas resultariam numa melhor observação e descrição do mundo natural, assim como uma maior atenção às populações dos domínios coloniais, visando a sua transformação e utilidade para interesses da Coroa. Essa dupla leitura, do mundo natural e do mundo social, é realizada a partir das apropriações da história natural *buffoniana* e *lineana* assim como leituras e apropriações da fisiocracia francesa. É difundida então, no mundo colonial, uma profusão das chamadas “diligências filosóficas”, com relatos, “notícias gerais”, cartas, mapas e descrições minuciosas sobre as riquezas e as possibilidades de exploração.

Na leitura e interpretação do abade Correia da Serra se fazia necessário difundir entre os súditos no Ultramar uma mentalidade investigativa sobre as potencialidades, para “dar-nos a conhecer o que temos; ensinar-nos a aproveitá-lo, escolher na imensa variedade das produções da natureza, espalhadas por outras terras, novas plantas, animais, e culturas análogas aos climas, e terrenos que os portugueses habitam; dá-las a conhecer; e facilitar a sua introdução, são bens que devem resultar dos trabalhos patrióticos da Academia, e meios de adiantar a pública prosperidade”.¹³

As transformações, seguindo as orientações do Reformismo Ilustrado, se tornam um referencial a ser seguido nos escritos da Academia. A América portuguesa, nesse momento recebe maior parte da atenção dos pensadores, o que nos impele a questionar que tipo de leituras se efetuavam nas *memórias econômicas* acerca daqueles sertões e de que maneira essa leitura de espaços dos domínios coloniais suscita novas projeções e mobilizações de naturalistas e viajantes.

Elementos mercantilistas e elementos do pensamento fisiocrata se coadunavam nas reflexões direcionadas para os interesses do engrandecimento do Estado português. No “Discurso sobre a agricultura de Portugal”, de autor anônimo, se afirma que

no país aonde a cultura florescer, ainda que as suas minas tenham já sido esgotadas, o seu comércio enfraquecido, ou proibido com as outras nações, as artes pouco ou nenhum lucro, ela só recompensará todas estas faltas, suprimindo a todas as necessidades públicas mantendo já na paz, já na guerra, os seus cidadãos, e repartindo, ainda com lucro, pelos outros países, que forma ou menos férteis, das suas terras; para eles ocorrerão precipitadamente os estranhos, que viverem oprimidos, a procurar os meios de remediar as suas mais urgentes necessidades. Então necessariamente este Estado, as suas manufaturas, o seu comércio se aumentarão, e enriquecerão.¹⁴

Tal pensamento, com apropriações da fisiocracia francesa, transmite também uma preocupação temporal candente no pensamento social português no final do setecentos, qual seja,

13 *Memórias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: na Officina da Academia Real das Ciências, 1789. p. IX.

14 Anônimo. Discurso sobre a Agricultura de Portugal. *Memórias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa* (tomos não publicados). Série Azul 17 (41). Lisboa: Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, s.d. p. 58-59.

a diminuição drástica nas arrecadações mineradoras. A fisiocracia, além de emergir como um elemento ilustrado central dessa renovação do pensamento, também tinha objetivos muito práticos, de leitura das conjunturas econômicas e aventar soluções com as colônias, principalmente na América. Tais elementos emergiam igualmente nos escritos de Domenico Vandelli. Na “Memória sobre a necessidade d’huma viagem philosophica feita no Reino e depois nos seus domínios”, o italiano apresenta argumentos para maiores incentivos à agricultura, explicitando que

a prosperidade de qualquer nação não é senão o resultado de sua indústria, a qual dirigindo os trabalhos da Agricultura e fomentando as artes sabe daqui tirar matéria para o seu comércio. Sem Agricultura, não se pode avaliar como feliz um Estado, pois que se vê precisado a olhar a mãos alheias para sua subsistência; e sem Artes e sem comércio tão pouco o ser, porque faltando isto faltam as riquezas e com elas as forças da Nação, ficando para tanto inabitada, não só para se manter em um estado de independência, que deve caracterizar uma Nação sábia, e industriosa mas até impossibilitada para na falta das próprias produções, comprar as dos países estranhos. É logo, a Agricultura, as Artes, e o comércio, o primeiro móvel da Fortuna de qualquer país e único manancial de todo o bem do Estado, e de todo o interesse ou seja público ou particular de uma Nação.¹⁵

A Academia possuía então papel central, tendo como função “fomentar a Indústria dos nossos povos e contribuir, quanto está na sua parte, para o aumento da agricultura, e perfeição das artes”.¹⁶ Dessa forma, o naturalista defendia que as viagens serviriam para um primeiro diagnóstico a partir do qual os planos para o Reino e para os domínios coloniais seriam traçados. Vandelli argumentava que “só por meio da análise de todas as terras e do exame dos seus princípios constituintes, se conhece a diversa proporção, em que se acham combinadas”.¹⁷ Com isso concluía sobre as possibilidades de circulação e de que maneira esta se operaria:

donde se deduz quais são as plantas para que são mais próprias ou que mais facilmente podem produzir e ao mesmo tempo se conhece qual o método mais fácil e econômico de obter uma terra capaz para uma determinada cultura compondo-a para isso artificialmente com as diferentes porções de terras heterogêneas, que as experiências e observações tiverem mostrado serem mais adequadas ao fim proposto: desta sorte apropriando as terras às plantas e reciprocamente estas às terras se conseguirá o importante e o desejado fim de fazer produzir toda a terra, e por consequência de aumentar o incomparável bem da Agricultura.¹⁸

15 Vandelli, D. Memória sobre a necessidade d’huma viagem philosophica feita no Reino e depois nos seus domínios. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Série Azul 17 (41). Lisboa: Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, s.d. p. 382.

16 Vandelli, D. Memória sobre a necessidade d’huma viagem philosophica feita no Reino e depois nos seus domínios. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Série Azul 17 (41). Lisboa: Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, s.d. p. 389.

17 Vandelli, D. Memória sobre a necessidade d’huma viagem philosophica feita no Reino e depois nos seus domínios. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Série Azul 17 (41). Lisboa: Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, s.d. p. 390.

18 Vandelli, D. Memória sobre a necessidade d’huma viagem philosophica feita no Reino e depois nos seus domínios. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Série Azul 17 (41). Lisboa: Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, s.d. p. 389-390.

Caberia igualmente aos súditos da Coroa e funcionários régios em circulação uma maior atenção à descrição dos bosques e matas do Reino e dos domínios coloniais, uma “indagação sobre as minas de carvão fóssil”, o conhecimento da existência dos metais, além do “conhecimento de todas as plantas que vestem os nossos campos que será de uma consequência não menos vantajosa e com especialidade se a isso se ajuntar os diferentes usos que podem ter já nas artes, e já na economia animal, ou sejam consideradas como alimentares ou como medicinais”.¹⁹ Sendo finalmente o resultado de toda viagem filosófica uma “descrição física e econômica de todo o Reino principiando-se pelo que temos neste continente, como mais próximo e mais digno dos nossos cuidados por ser o lugar de onde se faz assento e parte mais essencial da nação, e depois passado aos domínios e estados ultramarinos”.²⁰

Para além das produções e melhorias aventadas para o Reino, com incrementos na agricultura, melhor aproveitamento do mundo natural, busca pela diversidade de minérios, transformações a serem operadas junto às populações locais, principalmente com incentivos ao comércio, as possessões coloniais eram vistas pelo autor anônimo como um vasto campo a ser explorado, posto que sozinha, a América portuguesa “poderia manter com os seus produtos este Reino”

ainda mesmo quando ele não produzisse coisa alguma, ou quando não fossem suficientes as suas produções, apesar de todo o cuidado que se desse a Agricultura, mas ainda com o seu supérfluo, e outras muitas nações. As terras da parte do sul deste vasto continente só bastam para dar quanto trigo, manteigas e queijos à necessidade da sua metrópole, e qualquer das outras províncias, quanto arroz, legumes, linhos, madeiras se pudesse consumir dentro e fora de Portugal. O Ilmo. e Exmo. senhor Martinho de Mello e Castro, tem pela experiência conhecido esta verdade. Quatro anos unicamente lhe foi bastante para concluir que só a Capitania do Pará bastaria para fornecer arroz a todo o Reino; demais quanto açúcar não vem todos os anos do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, e viria ainda em maior abundância se não fosse o pouco desvelo dos senhores de engenho? Necessitamos por ventura das sedas de Castela, ou de Itália, quando no nosso Brasil, além da ordinária, que perenemente se colhe por nascerem os bichos todo o ano e haver sempre faltas d'Amoreira para eles, há outra nova espécie que se sustenta das folhas do fruto do conde, que se pode colher em grande abundância. Necessitamos ainda do Anil e da cochonilha de Castela, produtos que fazem anualmente no seu comércio um lucro talvez considerável. Pelo cuidado mesmo Il.mo senhor nos vem hoje do Rio de Janeiro, do Pará, do Rio Negro, o anil em grande quantidade para as nossas fábricas. O linho cânhamo nasce também ele em grande abundância. [...] muitas e belíssimas madeiras, para a tinturaria e edifícios, poderiam com pouco trabalho fazer um dos ramos consideráveis do nosso comércio [...] asseguro que quanto mais trabalhadas forem as nossas terras, maior será o nosso comércio, o número, fortaleza e riqueza dos nossos sócios, e por consequência nunca temeremos as forças dos outros.²¹

-
- 19 Vandelli, D. Memória sobre a necessidade d'huma viagem philosophica feita no Reino e depois nos seus domínios. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Série Azul 17 (41). Lisboa: Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, s.d. p. 390.
- 20 Vandelli, D. Memória sobre a necessidade d'huma viagem philosophica feita no Reino e depois nos seus domínios. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Série Azul 17 (41). Lisboa: Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, s.d. p. 389-390.
- 21 Anônimo. *Discurso sobre a Agricultura de Portugal*. Academia de Ciências de Lisboa. Série Azul 17 (41). Lisboa: Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, s.d. p. 59.

Pode-se evidenciar no pensamento do autor anônimo, e na circulação das memórias econômicas, a mescla de elementos mercantilistas clássicos resultando sobre a transferência de recursos do mundo colonial, com o que Arruda chamou de “novo padrão de colonização” donde passou a haver maiores incentivos ao desenvolvimento da agricultura e do comércio nesse mesmo mundo colonial (Arruda, 2000). Igualmente uma memória escrita pelo naturalista Manuel Galvão da Silva²² ressalta estes dois elementos na construção de uma ciência que seja útil ao Império português, e que esta ciência fosse voltada principalmente a uma cuidadosa exploração das potencialidades do mundo natural nas possessões ultramarinas, seguindo o exemplo do que faziam àquele momento as principais potências europeias. Explica o naturalista:

Consistindo as riquezas de um Estado na maior soma das produções da Natureza, e na arte e ofício de as saber variar de diversas maneiras segundo os diferentes usos, da vida: e sendo a História Natural, ajudada da Física, e da Química que nos conduz ao verdadeiro conhecimento dos seres do Universo, o que nos ensina a sua índole, os seus usos, cômodo, porque, em uma palavra, que nos facilita os meios, não só de aproveitar-mo-nos do que a Natureza tem de mais útil às necessidades da vida, *mas também de obrigarmos a terra a produzir muitas vezes de baixo de intratáveis climas aquilo que não produziria voluntária, se a indústria, fadiga do Homem a não constrangirem, segue-se claramente de quanta importância seja o estudo desta ciência*, tão cultivada nos reinos mais polidos da Europa por ser a mais universal das ciências e das artes, quanto não deve a Inglaterra, a Holanda aos seus *philosophes*? Quanto não deve a França ao seu Duhamel, a Suécia ao seu Lineu? Ainda dura entre os espanhóis a memória do cardeal Ximenes, igualmente político que *philosopho*. *Com efeito, entre os deveres de um soberano, conhecer a extensão geográfica do seu país, e saber que nas suas fronteiras acabam os seus Estados e começam aqueles dos seus vizinhos, para se conservar em paz e ao mesmo tempo não perder porção alguma do seu território, de que interesse não é, que saiba aquilo que contém os seus domínios, tanto para vir a ser, a medida dos seus cabedais, mais poderoso e respeitado das outras nações, como para fazer felizes os seus vassallos (destaque nosso).*²³

Seu discurso na *Memória sobre as viagens filosóficas* replica uma relação construída com o mundo natural por parte da Ilustração, de que as formas de conduzir o conhecimento produzido pelas ciências seria o de atribuir-lhe uma utilidade e um proveito para Reino. Era afinal uma leitura de como observar com mais atenção as potencialidades ainda não exploradas do mundo colonial. Como ainda explicita o naturalista Manuel Galvão:

Para este fim, é que todos os príncipes tem feito viajar os seus *philosophes* mandando-os a *remotíssimos climas*, e não poucas vezes a terras que não suas, para que carregados de conhecimentos e instruções, que a Natureza e o comércio dos homens lhes têm subministrado, possam um dia na sua pátria, por em execução os mais industriosos planos, sem viagens se não apreende a filosofia útil. Não é nos livros dos sábios, nem nos gabinetes

22 Manuel Galvão da Silva nascido na Bahia em 1750, se formou em filosofia em 1776 na Universidade de Coimbra. Foi aluno de química e história natural de Domenico Vandelli (1735-1816) e, posteriormente, um dos escolhidos por este para realizar as chamadas viagens filosóficas, de onde foi incumbido de descrever as potencialidades naturais de Moçambique Ver principalmente Ferreira (2019).

23 Silva, M.G. Memória sobre as viagens filosóficas. (manuscrito) Série Azul 318(2). *Memórias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa*. Série Azul 318(2). Lisboa: Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, s.d. p. 48.

de História Natural, onde deve ser contemplada a Natureza: o Universo inteiro é o grande livro das suas obras, é preciso buscá-la espalhada por toda a parte: igualmente ocupada em produzir as maiores, como as mais pequenas coisas. Não servem as viagens só de aumentar a teoria das *Sciencias*, nem se limitam, graças a boa filosofia a conhecimentos estéreis, a exames metafísicos, nem a bagatelas literárias; servem de mostrar aos soberanos quanto podem tirar das suas possessões, servem de mostrar aos povos quais são os produtos, que a necessidade ou o luxo tem feito apreciáveis ao mundo, e de ensinar-lhes enfim os *meios de manobrar de sorte que pareçam outros, ou de os transformar de todo em outros novos* (destaque nosso).²⁴

Sua crítica se volta também contra modelos de ciência, como o colecionismo, a escolástica que estava presente nos discursos da Universidade de Coimbra até bem pouco tempo, mas que ainda possuía seus seguidores, defendendo um determinado modelo mais crítico, aberto e empírico. Apresenta, igualmente uma profunda crença no poder transformador que a ciência em geral, e a história natural em particular possui sobre os mundos coloniais, e sobre os sujeitos que os habitavam. Ainda acerca das ideias de natureza veiculadas nas *memórias*, são ressaltadas principalmente essas possibilidades e esse suposto poder sobre o grande livro da Natureza, no sentido de extrair os seus segredos e moldá-los segundo a sua vontade:

Por toda a parte a Natureza patenteia os seus tesouros aos humanos. Não há lugar nenhum na terra que se possa chamar estéril. No mais indizível por todo o Universo vivem criaturas que escapam a vista mais. De tudo quanto pode, se aproveita o homem e todas as coisas converte em seu próprio uso. Felizes os portugueses, dizia Linneu, se conhecerem os seus bens! Felizes porque tendo dilatadas colônias por toda a parte, não somente para si tem tudo quanto pode se desejar, mas poderão com os seus sobejos negociar com as demais nações...²⁵

Com isso se aventa igualmente uma possibilidade de maior circulação de espécies por toda a extensão das possessões ultramarinas portuguesas, e este projeto, ancorado na possibilidade das viagens de reconhecimento donde passam a ser instruídos também a partir da década de 1770, administradores coloniais, capitães-mores e ouvidores visando a partir disso que se descrevam aspectos da terra e dos habitantes do Ultramar, no sentido de pôr em movimento para o melhor proveito dos domínios ultramarinos, mas também com maiores incentivos à agricultura e descrição de minérios e das demais potencialidades naturais. Tais projeções incidem sobre as possibilidades em relação à transplantação e domesticação de espécies.

24 Silva, M.G. Memória sobre as viagens filosóficas. (manuscrito) Série Azul 318(2). *Memórias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa*. Série Azul 318(2). Lisboa: Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, s.d. p. 48.

25 Silva, M.G. Memória sobre as viagens filosóficas. (manuscrito) Série Azul 318(2). *Memórias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa*. Série Azul 318(2). Lisboa: Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, s.d. p. 49.

Transplantação e domesticação de espécimes nas tramas do mundo colonial português

Não era nenhuma novidade a transplantação e a circulação de espécies pelos impérios comerciais no século XVIII. Este era um processo que na América portuguesa possuía longa data. A própria história da circulação da cana-de-açúcar, no “aprendizado da colonização”, exemplifica essa mobilização de mundos e saberes (Schwartz, 1988). Durante “a viragem estrutural” para o Atlântico na segunda metade do século XVII, os portugueses intentaram aclimatar uma grande porção de especiarias asiáticas no continente americano, que seriam de grande importância para a comercialização na Europa, tais como a canela, o cravo e a pimenta. No final do século XVIII, o projeto de aclimação, domesticação de espécies e transplantação ganha novamente força, neste momento, impulsionado pelos pensadores ilustrados reformistas, e outros espaços coloniais passam a ser observados com outros olhos. É importante salientar que tais escritos configuravam-se antes como projeções, como possibilidades e como planejamentos, e não necessariamente se concretizaram. No entanto, faz denotar aspectos das apropriações do pensamento ilustrado de então e mais que isso, aspectos dos horizontes de expectativas dos sujeitos históricos, e da maneira com a qual lidavam com ambientes estranhos, a serem impelidos e transmutados em espaços que se queriam coloniais (Dean, 1991; 1994; Figueiredo, 2019).

Domenico Vandelli era, portanto, um sujeito histórico importante nesse processo de retomada e coordenação na circulação e apropriação do Reformismo Ilustrado no Reino português e suas possessões pelo globo, posto que em suas projeções buscava centralizar as ações e transformar uma série de preceitos da Ilustração na reforma das políticas “científicas” nos espaços do Reino e nos domínios coloniais. Em seus escritos na Academia das Ciências de Lisboa há uma persistência, não somente na difusão de preceitos ilustrados nos espaços coloniais, mas principalmente na instauração de leis e na elaboração de uma política que levasse em consideração questões para uma leitura mais acurada do mundo natural, e principalmente maiores incentivos à agricultura colonial. Esta é tratada como questão de estado. Segundo Vandelli:

Escrever de agricultura neste século é costume introduzido em quase todas as nações polidas; imensos livros temos de economia, e cada dia novos aparecem; e com tudo a agricultura em alguns países está pouco ou mais adiantada, que nos séculos passados, em que não havia este fervor por tal estudo. [...] Não foi a imensidade de livros quem fez a dilatar a agricultura em Inglaterra; mas sim uma sábia política, e na França as sociedades divididas em diferentes juntas: assim na Dinamarca, Suécia, e nos suíços não foram tanto as excelentes memórias das academias, como principalmente os prêmios, e as sábias leis, que promoveram a cultivação nestes países.²⁶

A melhoria na agricultura no Reino e nos domínios ultramarinos àquela época era um ponto chave na execução dos projetos coloniais, por uma série de razões que dizem respeito às tensas relações e um frágil equilíbrio com os reinos e os impérios europeus vizinhos. A agricultura, melhor dizendo, de interesses imediatos para a metrópole, como fica claro nas listagens executadas por Vandelli nas memórias econômicas, e sobre quais espécies deveria haver

26 Memória sobre a Agricultura deste Reino, e das suas conquistas. *Memorias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: na Officina da Academia Real das Ciências, 1789. p. 164.

maiores incentivos nas colônias ultramarinas. Na “Memória sobre a Agricultura deste Reino, e das suas conquistas”, há um diagnóstico de como as atividades agrícolas haviam sido levadas em consideração até então, com as considerações “físicas e morais” das razões pelas quais até aquele momento mantinham os cultivos agrícolas em um estágio precário. Na agricultura do Reino, Vandelli atenta para as várias possibilidades, desde os vinhedos ao cultivo do trigo e daí para toda uma miríade de possibilidades de abastecimentos agrícolas.

Acerca das “conquistas”, o diagnóstico se mostra mais preocupado com a má utilização dos recursos. Acerca das ilhas atlânticas explicita principalmente o que poderia servir de utilidade no aproveitamento para o comércio: “as ilhas de S. Thomé, Annobom, e do Príncipe são muito férteis, principalmente a de S. Thomé, na qual nasce sem cultura a canela, pimenta, gengibre, e anil”.²⁷ Sobre Angola, o diagnóstico também caminha no sentido de demonstrar um suposto descuido das autoridades coloniais para com a agricultura, desconhecendo ou ignorando completamente a política colonial para aqueles espaços: “Angola, pela sua extensão, e fertilidade se poderia computar entre os reinos mais ricos, se fosse cultivada; porém acha-se inculta, e cheia e vastos bosques e campinas inúteis, e somente nos arredores das habitações se cultiva milho, legumes e uma espécie particular de painço muito miúdo.”²⁸

Essa crítica ao desperdício do mundo natural acabou por se fazer bastante difundida entre vários pensadores lusitanos e luso-brasileiros àquela época, inclusive atravessando as gerações seguintes, engendrando a seu modo uma preocupação explícita com o mundo natural e uma crítica veemente ao uso irrestrito e irracional dos recursos naturais no Brasil; mesmo que essa preocupação se mostrasse utilitária quanto ao uso, se apresentava entretanto como uma matriz importante de preocupação com o mundo natural no Brasil escravista (Pádua, 2002).

Acerca desta última possessão colonial, o Brasil, Vandelli é lacônico: “o trabalho de toda a agricultura é encarregado aos escravos pretos, não havendo branco algum, que se digne ser lavrador; principal causa porque no Brasil nunca poderá ter grande aumento a Agricultura”.²⁹ Para o pensamento fisiocrata e ilustrado daquela época, é importante destacar, o mal não estava configurado em algum embrião do pensamento racista que grassaria fortemente ao longo do século XIX, mas propriamente por a sociedade colonial configurar-se como uma sociedade escravista. Numa ordem que hierarquizava as produções humanas, a agricultura seria o ponto principal, só a partir dela o comércio e as artes se desenvolveriam, e com elas a sociedade idealizada e almejada pelos fisiocratas.

O pensamento fisiocrata se punha como antítese do escravismo e da escravidão, embora os pensadores que dele se apropriaram pouco tenham feito de concreto contra a nefanda instituição. O argumento central residia na ideia de que, com ela, existiria pouco ou nenhum contato das populações locais com o elemento principal para florescimento da “civilização”. A escravidão produzia o distanciamento dos indivíduos para com o mundo natural. No caso dos africanos

27 Memória sobre a Agricultura deste Reino, e das suas conquistas. *Memorias econômicas da Academia das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias, 1789. p. 169.

28 Memória sobre a Agricultura deste Reino, e das suas conquistas. *Memorias econômicas da Academia das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias, 1789. p. 169.

29 Memória sobre a Agricultura deste Reino, e das suas conquistas. *Memorias econômicas da Academia das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias, 1789. p. 170.

escravizados, estes eram dessocializados e ressocializados em um ambiente hostil, onde grassava a violência, pouca atenção era dada a vida humana e concomitantemente a isso pouco valor era também atribuído ao mundo natural. Interessante atentar, no entanto, que no caso de Angola e das demais possessões ultramarinas, Vandelli não havia mencionado a mácula da escravidão que operava nas possessões coloniais como causa do atraso da agricultura. Longe disso, havia inclusive mencionado um plano de aclimação de plantas nas ilhas atlânticas, pensando nas melhores possibilidades de cultivo e de fazê-las circular. Como se explica então o incômodo unicamente com a América portuguesa?

A princípio, levemos em consideração que os escritos das memórias econômicas traziam em si uma preocupação com os vários domínios coloniais espalhados pelo globo. No entanto, as memórias sobre matérias concernentes ao Reino e ao Brasil de longe eram as que mais devotavam a atenção dos pensadores ilustrados e reformistas que escreviam e organizavam a editoração. Isso se explica, inclusive, em parte pelo que Vitorino Magalhães Godinho havia caracterizado como “virada estrutural para o Atlântico” (Godinho, 1968), um grande afluxo de comerciantes e capitais saídos das possessões asiáticas após as guerras do período da Restauração, que voltaram suas atenções para a América portuguesa. Nas palavras de Jaime Cortesão, a restauração portuguesa consistiu na “passagem do Império, de oriental a atlântico, mudando a base econômica, das especiarias para o açúcar, e correlativamente na passagem de um capitalismo monopolizador e restrito à capital a uma proliferação de atividades mercantis dispersa por portos provinciais” (Cortesão, 1940; Mello, 2011, p. 21).

Essa política, “virada estrutural”, para o Atlântico, resultava na circulação de espécies vegetais a serem transplantadas para as possessões do Atlântico, principalmente para a América portuguesa, como escreve em sua memória “*da Transplantação das Árvores mais úteis de países remotos*,” o naturalista João de Loureiro:

as árvores de cravo, e muscada, podem ser cultivadas na África, aonde estão situadas as Ilhas de França, e Bourbon: e também na América, aonde ficam Cayenna, sem perderem nada do seu valor. Pois logo porque não se poderão cultivar igualmente, e ainda melhor, nas colônias portuguesas de Angola, e do Brasil? A qualidade do terreno, que é tão sensível aos vegetáveis em diversos climas, não provém da diversa longitude dos lugares em que se plantam, mas sim da latitude, ou altura do Polo, que sendo diversas, fazem com que sejam mais ou menos oblíquas, mais ou menos receptíveis, e eficazes à influência dos astros, e principalmente do Sol, que é o primeiro agente natural da vegetação. [...] A Ilha de França, ou Maurícia, fica em 18 graus e meio, e a de Bourbon, ou Mascarenhas em 20 graus e meio, ambas de latitude austral na África. Angola fica em perto de 9 graus na costa ocidental da mesma África, donde para o norte, e sul, se estendem largamente as colônias portuguesas; e todas elas ficam mais próximas que as ilhas de França da linha equinocial, em cuja vizinhança estão sitas as ilhas Molucas, e de banda, nas quais o cravo, e a muscada tem a sua pátria natural, e primeira origem. As terras do Pará no Brasil ficam debaixo da mesma linha; e por conseguinte sem a menor diferença de clima a respeito das Molucas; quando a Cayenna francesa difere em 5 graus de distância para o norte. Mostrada acima identidade do clima próprio para a transplantação das espécies aromáticas do cravo, e nas colônias portuguesas, resta saber como se poderá executar bem a transportação.³⁰

30 Loureiro, J. Da Transplantação das árvores mais úteis de países remotos. *Memorias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: na Officina da Academia Real das Ciências, 1789. p. 156-157.

Loureiro deixava claro que não haveria dificuldades em aclimatar, transplantar e fazer circular espécies vegetais pelo globo entre as possessões portuguesas no Ultramar. E inclusive se faz bastante interessante essa visão do globo enquanto uma infinidade de possibilidades fitogeográficas, que, entretanto, Loureiro não levou adiante em escritos subsequentes.³¹ Cabe atentar que os estímulos às plantas a serem cultivadas, aclimatadas e transplantadas para América portuguesa seriam àquelas que tivessem algum interesse econômico para a metrópole portuguesa, como deixa claro o naturalista, sublinhando o valor da canela da Índia, da noz moscada, do algodão e do cravo. O “bem público” utilizado largamente na retórica da Ilustração, disfarçava mal um anseio de organização das populações nativas no Ultramar, assim como um anseio de domínio e reorganização dos espaços coloniais de forma mais “racional” em favor das metrópoles europeias.

Sobre a América portuguesa ainda, Vandelli reafirma o grande potencial que poderia ser dali extraído se essa se voltasse para uma melhor política de incentivos à agricultura. Aponta, entretanto, dois grandes empecilhos. O primeiro deles era, paradoxalmente, a instituição da escravidão, sobre a qual a colônia fora assentada, o outro empecilho diagnosticado por Vandelli era a forma predatória como a agricultura era praticada. Acrescenta que a forma como esta última se dava era na verdade a prática de uma contínua depredação, que

vai-se estendendo a agricultura nas bordas dos rios no interior do país; mas isso com um método, que com o tempo será muito prejudicial, porque consiste em queimar antiquíssimos bosques cujas madeiras pela facilidade do transporte pelos rios seriam muito úteis, ou para construção de navios, ou para tinturaria, ou para marceneiros. Queimados estes bosques, semeiam por dois, ou três anos, enquanto dura a grande fertilidade produzida das cinzas, a qual diminuída, deixam inculto este terreno, e queimam outros bosques; e assim vão continuando na destruição dos bosques nas vizinhanças dos rios com grave prejuízo.³²

Era a própria atitude e o modo como tratavam do mundo natural como recursos naturais inesgotáveis de modo completamente irracional, com grande desperdício, que preocupava grande parte dos pensadores da Academia de Ciências (Pádua, 2002). Aliás, se faz interessante atentar para a maneira como Vandelli, em poucas linhas, caracteriza a população do Brasil, principalmente em relação aos grupos indígenas naquele último quartel do século XVIII. Explicita o naturalista que “posto seja conhecido o imenso país do Brasil, quase despovoado e inculto (sendo poucas as Nações errantes primeiras habitadoras deste feliz continente), não deixarei de indicar brevemente o estado da Agricultura nos arredores das poucas povoações Europeias”.³³

Há dois pontos principais a serem destacados nas assertivas de Vandelli e a política que propõe a ser empreendida nas “conquistas” ultramarinas. Primeiro, a caracterização do Brasil como “quase despovoado e inculto”. No olhar dos reformistas coloniais, e especificamente no olhar do naturalista italiano, se fazia imperativo o empreendimento da política fisiocrata, voltada

31 Pensamento este que floresceria nos seus alvares anos mais tarde na pena de Alexander von Humboldt (1769-1859). Ver principalmente Wulf (2016).

32 Memória sobre a Agricultura deste Reino, e das suas conquistas. *Memorias econômicas da Academia das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias, 1789. p. 170.

33 Memória sobre a Agricultura deste Reino, e das suas conquistas. *Memorias econômicas da Academia das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias, 1789. p. 170.

para incremento dos cultivos agrícolas para solucionar estes problemas da economia colonial: a falta de braços e o “baixo nível de civilização” das populações coloniais, nesse caso, cabe aqui recordar a proximidade e as implicações semânticas entre os termos “agricultura”, “cultivo” e “cultura”, este último no seu sentido hierarquizador e marcador de diferenças entre observadores e observados na política colonial, e ainda, o que esses termos representam, principalmente para os anseios coloniais de transformação dessas mesmas populações.

O segundo ponto diz respeito à ideia pregada acerca das populações indígenas. Apresentadas como “poucas nações errantes”, as representações da política colonial pós-pombalina incidiam sobre um programa implementado poucas décadas antes da escrita da memória por Vandelli, e que ressonou por vários anos ainda em narrativas que representavam as populações indígenas como em processo de incorporação à sociedade ou simplesmente como assimiladas às populações locais, minando qualquer tipo de reivindicação política, ou mesmo manifestação cultural por parte delas.

O mesmo pode ser observado na relação construída com o trabalho indígena. Mauro César Coelho observa que nesse pensamento de matriz fisiocrata e os planos para os espaços coloniais, Alexandre Rodrigues Ferreira, por exemplo “não advogava um mundo colonial com vida independente da metrópole, mas de um mundo colonial que proporcionasse riquezas à metrópole à medida em que ele mesmo enriquecia. Pressupunha que na proporção do comércio entre as povoações aumentasse o gosto pelo trabalho e pela acumulação” (Coelho, 2000, p. 170).

Ainda, nesse contexto do último quartel do século XVIII, tal leitura das populações indígenas enquanto “poucas nações errantes” deságua naquilo que Walter Mignolo caracterizou como “*the denial of coevalness*”, a negação da coetaneidade (Mignolo, 1995). Se via como legítimo um processo que atropelasse qualquer tipo de reivindicações dos grupos indígenas, porque estes eram simples “nações errantes”. Nomadismo que implicava uma hierarquia na apreensão da temporalidade, o sujeito que se queria universal e objetivo da Ilustração, que observava e classificava todo o seu entorno, entendia de forma generalizada e homogênea as populações indígenas lidas como remanescentes de outra temporalidade, representavam o passado coabitando a mesma temporalidade e dividindo o mesmo espaço, sobre o qual se ansiava a espacialização portuguesa, portanto, colonial.

Não obstante concluir seu raciocínio com um anseio referente à transformação das populações indígenas locais empreendida por meio de um trabalho conjunto e com a forte colaboração dos governadores coloniais, cujos exemplos eram Luiz de Pinto de Souza Coutinho, em Mato Grosso, Gonçalo Lourenço Botelho, no Piauí, e o governador de Goiás, o barão de Maçamedes, posto que teriam estes tido sucesso em “amansar e civilizar os Índios, e costumá-los à Agricultura, e a algumas artes; em poucos anos se cultivaria uma grande parte do Brasil, e não se necessitaria de tantos negros, os quais com o tempo devem encarecer de modo, que pouca conveniência se terá em transportá-los ao Brasil”.³⁴

Ainda, cabe salientar que o discurso proferido por Vandelli nas memórias econômicas tomam uma forma *cronotópica* (Bakhtin, 1981) no sentido que organizam o raciocínio e os dados em forma de diagnóstico, e não obstante, retome esses diagnósticos, as causas físicas

34 Memória sobre Algumas produções naturaes das Conquistas as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitão. *Memorias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: na Officina da Academia Real das Ciências, 1789. p. 170.

e morais, para impulsionar um prognóstico, um devir acentuando as medidas necessárias a serem tomadas. Estas aparecem como “meios para fazer florescer a Agricultura”³⁵ e culminam com um chamado à organização de um conjunto de leis agrárias para o Reino e as conquistas. Admitindo que a agricultura era a “primeira base da Sociedade”,³⁶ havia ainda lugar nessa forma de pensamento para o reconhecimento de outras formas de exploração, quais fossem através de uma exploração extrativa, ou, nas palavras de Vandelli: “a riqueza maior que se deve tirar das Conquistas é das outras suas naturais produções obtidas pela Agricultura, ou assim como as subministra a Natureza”.³⁷

No empreendimento de circulação dos espécimes vegetais, minerais, e principalmente de informações no reconhecimento dos sertões dos domínios coloniais na América portuguesa com esse olhar mais utilitarista, e olhar também da ciência e economia europeias, outros sujeitos históricos possuíram um papel mediador importante. Esse é o caso de Martinho de Mello e Castro, ministro secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, que também era sócio honorário da Real Academia de Ciências. O ministro servia como uma ponte entre os naturalistas de gabinete do Reino e os naturalistas de campo que percorriam as possessões ultramarinas, mas, mais importante do que isso, uma ponte também entre os funcionários régios, capitães-mores e ouvidores, que respondiam diretamente ao ministro, e os naturalistas das “centrais de cálculo” como Domenico Vandelli, acerca desse empreendimento de reconhecimento das potencialidades dos domínios coloniais.

O intermédio de Martinho de Melo e Castro se faz notar também em outras searas. Nas potencialidades apontadas a serem melhor exploradas e observadas com maior atenção por Domenico Vandelli em sua “Memória sobre algumas produções naturaes das Conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam”, cotejadas com as correspondências trocadas entre autoridades locais e o ministro e secretário de Estado emergem interessantes indícios acerca desse intermédio. Nos textos de Vandelli, produto das relações de busca e exploração de potencialidades dos vários domínios coloniais, o naturalista italiano apresenta alguns minerais recém-encontrados ou algumas minas até então pouco devassadas, como por exemplo, quando explicita as existências de tais minas afirma que “a rica e excelente mina de cobre existe nos montes entre Piauí, e Jacobina, e outra nas Minas Geraes; e na cachoeira na Capitania da Bahia, há poucos anos e descobriu um pedaço de Cobre nativo, que pesa 1666 arrateis, o qual foi transportado para este museu da Ajuda.” E ainda quando explicita com mais vagar sobre a mesma matéria:

A rica e excelente mina de ferro de Angola, que por descuido se deixou de trabalhar; as minas de ferro de Missão de Jaicó do Piauhy, e outra de Mato Grosso, e de São Paulo, e as

35 Memória sobre a Agricultura deste Reino, e das suas conquistas. *Memorias econômicas da Academia das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias, 1789. p. 173.

36 Memória sobre Algumas produções naturaes das Conquistas as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam. *Memorias econômicas da Academia das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias, 1789. p. 177.

37 Memória sobre Algumas produções naturaes das Conquistas as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam. *Memorias econômicas da Academia das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias, 1789. p. 187.

do Ceará merecem aproveitar-se, havendo tanta abundância de lenha, e sendo obrigados a comprar de fora todo o ferro, o que faz também encarecer mais o trabalho das minas de ouro, e dos diamantes.³⁸

Estes pequenos trechos nos explicitam alguns elementos dessas perscrutações dos espaços e das redes de circulação, entretanto obliterando as redes de relações, e principalmente as experiências vividas e os processos de espacialização e negociação com o mundo natural e com os grupos locais desses espaços coloniais. Nessas brechas podemos inferir e em alguns destes identificar as negociações e principalmente o papel de intermediário tomado pelo ministro e secretário de Estado Martinho de Mello e Castro. Acerca das minas referentes à capitania do Ceará Grande, que emergem nas memórias de Vandelli, a sua identificação, as negociações para a sua exploração junto à Coroa portuguesa eram àquela época fruto de negociações por mais de dez anos, primeiro por parte de Antônio Gonçalves de Araújo, e posteriormente, com a sua morte, por parte da viúva Francisca Xavier Borges, como é possível observar nas várias missivas trocadas à época com as autoridades locais da capitania e também com o ministro de Estado,³⁹ negociações que fluíam desde potentados locais, perpassando autoridades locais, ouvidores e capitães-mores até chegar às memórias econômicas.

Anos depois, no decorrer da última década do século XVIII, na capitania do Ceará Grande, vários outros projetos foram sendo apresentados, variando entre a perspectiva fisiocrata de apreensão do mundo natural, donde a agricultura era lida como “mãe dos povos”, e a versão extrativista, de reforma e melhor aproveitamento das potencialidades mineradoras. Tais projetos, na capitania do Ceará Grande, com indícios de investigação das potencialidades do mundo natural desde o início da década de 1780, com projetos de transplantação de espécies vegetais e animais que se adaptassem ao semiárido e à região das caatingas das Capitanias do Norte, culminaram com o envio de um naturalista, João da Silva Feijó, por parte de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que na sequência produz uma série de memórias políticas e filosóficas sobre a Capitania.

O naturalista foi agraciado com a mercê de sargento-mor por Maria I em fevereiro de 1799, mas sua chegada é datada apenas de outubro do mesmo ano. Esta primeira carta, indica também o primeiro caminho percorrido, assim como suas principais intenções na capitania:

Por me ver obrigado a desembarcar na Bahia Fermoza ao Norte da Paraíba, vim por terra a esta Capitania, onde depois de trinta e dois dias de penível viagem, cheguei aos vinte e quatro de Outubro do Corrente; e a quatro de Dezembro, por ordem do meu governador, parti para Villa do Monte Mor o novo de Baturité, a fim de examinar certo terreno deste distrito, daqui distante quinze léguas, onde chamam o Canindé, que por um pequeno exame, que fiz em uma limitadíssima porção de terra, que dali foi levada ao Governador, supponho ter salitre; [...] Tão bem tenho examinado certo sítio da Ribeira do Xoró, que se supõem ser

38 Memória sobre Algumas produções naturaes das Conquistas as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitão. *Memorias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: na Officina da Academia Real das Ciências, 1789. p. 187.

39 Requerimento de Francisca Xavier Borges, viúva do capitão Antônio Gonçalves de Araújo, proprietário das minas de prata [d. Maria I], a pedir para ser confirmada como sócia nas minas do chumbo com quem concorra com a quantia necessária da exploração das lavras. Anexo: alvarás impresso e requerimentos. AHU. Conselho Ultramarino. Avulsos: Capitania do Ceará. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Caixa 9; doc: 561 digitalizado: disco 2; pasta 2; n. 263. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), [ant. a 22 nov. 1777].

o célebre Uxoró, de que se faz menção na História Geral das Viagens ao Brasil, onde se diz haver grande abundância de Salitre vertente das pedras, que ali se acham na distância da sua embocadura, se não me engano, dois dias de viagem pela terra dentro; de certo que aí se encontrão umas pedreiras (Feijó citado em Nobre, 1978, p. 179).

Alguns aspectos saltam aos olhos nessa primeira representação da viagem e mapeamento do espaço. O primeiro deles diz respeito à procura pelos metais, sobre os quais circulavam as notícias nas memórias econômicas. O salitre e o ferro interessavam mais diretamente ao naturalista nos arredores da vila de Fortaleza. O outro aspecto diz respeito a um certo reconhecimento das tradições sobre aquele espaço. Uma busca por afirmação e reconhecimento de aspectos mencionados em viagens anteriores e dos imaginários coloniais que circulavam sobre a capitania, de elementos que se poderiam enfim confirmar ou negar através da experiência concreta. O "célebre Uxoró" deixaria então de ter o seu aspecto mítico ou lendário e passaria para o plano da existência concreta por meio da experiência da viagem, preceito da Ilustração. Não deixa de chamar a atenção, entretanto, antes uma vontade de reconhecimento em suas viagens do que propriamente a existência de maiores evidências acerca do objeto de suas buscas.

O caminho percorrido pelo naturalista nesses primeiros anos, a partir do qual foram produzidas duas memórias filosóficas, a "Memória sobre as Antigas Lavras do Ouro da Mangabeira" e a "Memória sobre as minas de ferro do sítio de Choró", além da representação cartográfica sobre as minas de salitre, "Carta topográfica sobre as minas de Salitre", foram os caminhos da vila de Monte-mor o Novo até Canindé, também nas imediações da vila de Fortaleza e de lá a um sítio chamado Choró, a sessenta léguas dali, incluindo o reconhecimento das terras nas proximidades da Serra dos Cocos, segundo o que relata nas suas cartas. Em dezembro, em uma nova missiva, o naturalista afirmava ter viajado para a outra porção da capitania, incluindo o distrito de Caracu. E finalmente em março de 1800, menciona a visita a mina de Tatajuba, "situado no centro do Sertão desta Capitania em um lugar seco e agreste chamado Serrote do Rosário distante desta vila 55 léguas, da de Sobral 31, e de Campo Maior de Quixeramobim, 23" (Feijó citado em Nobre, 1978, p. 185). Todas essas primeiras viagens possuíam as preocupações claras de se mapear ou de se confirmar as potencialidades minerais da capitania do Ceará Grande, que já circulavam nas cartas e nos relatos anteriores das memórias econômicas: ferro, salitre e ouro.

No entanto, dois outros fatores podem lhe ter auxiliado na produção das representações cartográficas. Primeiro, o governador da capitania Bernardo Manoel de Vasconcelos teria ordenado ao naturalista que "se dirija a quaisquer terras e mesmo as mais confinam com as do Piauí, e Rio Grande do Norte, e se lhe constar, que nelas existe o Salitre que faz o assunto da sua comissão e lhe tenho recomendado, que ao mesmo passo examine todas aquelas produções que os três Reinos da natureza lhe possam oferecer nas terras desta Capitania afim de dar princípio a uma flora que eu possa depois pôr na presença de V. Exca." (Feijó citado em Nobre, 1978, p. 184). Isso explicaria, em parte, as razões dos espaços descritos e rapidamente representados na carta "Capitania do Ceará iluminada pelo campo de cor", de 1800, transbordarem o espaço da capitania e avançarem para outras capitanias, principalmente as capitanias do Rio Grande e do Piauí. E isso cumpriria portanto, a própria função a qual o novo capitão-mor governador havia antes demandado ao ministro de Estado a presença de um perito para as investigações das potencialidades da capitania.

Fator preponderante para o rápido aparecimento dessa representação geográfica, diz respeito às trocas de conhecimentos e a circulação de informações junto às populações locais.

As missivas trocadas com o ministro dom Rodrigo de Sousa Coutinho, e a prestação de contas com as primeiras diligências em relação aos minérios, e em especial o salitre da capitania, evidenciam a presença dos indígenas e de grupos locais junto ao naturalista. Nessa relação, além da constante presença de indígenas recrutados para o trabalho por meio dos diretores, aparece também uma série de moradores locais, possivelmente das vilas de índios, com uma regular frequência, como Miguel Joaquim, André Giz e José Garcia, ao lado de Gervazio M.e.l. Mas também, o alferes “Mathias Ferreira Nobre, que foi prático; a cada um 21 dias a trezentos, e vinte réis” (Feijó citado em Nobre, 1978, p. 184).

Os serviços de práticos, populações locais hábeis no conhecimento do território, eram e são bastante utilizados principalmente nas regiões de entrocamentos de rios, como no caso da navegação do Amazonas, serviço utilizado até os nossos dias, mas também naqueles sertões das *caatingas*, como bem asseverava Teodoro Sampaio, a tomada de uma vereda errada poderia significar um risco demasiado alto (Sampaio, 1899-1900, p. 79-94). Nesse caso, os práticos dos sertões utilizados e parcamente remunerados pelo naturalista indicam também fortes dificuldades enfrentadas no deslocamento pelo mundo natural da capitania, que se mostrava particularmente hostil aos adventícios e aos agentes da administração da Coroa, um sertão a ser desbravado, mapeado e descrito pelo poder colonial, que ainda era um espaço e um ambiente hostil, a ser negociado, espaço do “outro”, apesar de todo o esforço colonial.

Os práticos e os conhecimentos locais seriam de suma importância para essas negociações com o mundo natural nesse período, que antes, no final do século XVII e ao longo do século XVIII haviam sido devassados e palmilhados pela pecuária extensiva, mas que as demandas contemporâneas, do final do século XVIII, impeliam a uma aproximação maior, um melhor reconhecimento de outras potencialidades, de outros produtos coloniais, que viriam a ser descritos e observados pelo olhar da ciência, para uma melhor inserção daqueles sertões ao sistema colonial, e um melhor aproveitamento das potencialidades. Olhar também que se voltava para as populações locais, e aqueles que não se enquadravam nos anseios coloniais de então, passam a ser classificados (ou desclassificados) pelo olhar da Coroa portuguesa e seus servidores.

Os caminhos interiores não se mostravam de fácil tráfego, e na maior parte das vezes se inclinavam em relação às intempéries climáticas, como indicariam dali a poucos anos os relatos de ouvidores, capitães-mores e mesmo do viajante inglês Henry Koster, impossibilitando o trafegar por aquelas paragens. O governador da capitania Bernardo Manoel de Vasconcelos, em suas cartas deixava esse aspecto evidente quando afirmou que “não obstante a grande dificuldade, que em tempo de verão se apresenta viajar nos sertões, sendo necessário conduzir o sustento e água para as pessoas, e mesmo para as cavalgadas, porque de ambas estas duas coisas é raríssimo o encontro, e a condução dispendiosa”.⁴⁰ Negociações que se faziam, portanto, com os habitantes locais e com o mundo natural, numa tentativa de justaposição e espacialização colonial que negocia o tempo todo com o espaço e a agência do outro, mesmo que o pensamento ilustrado em fins do século XVIII tenha por meta invisibilizá-los, conforme o entendimento de civilização europeia e conforme as leituras e geografias coloniais (Figueiredo, 2019).

40 Carta de Bernardo Manoel de Vasconcellos à dom Rodrigo de Sousa Coutinho, c. 1799 (citada em Nobre, 1978, p. 185).

Considerações finais

A trama da produção dos projetos coloniais, elaborada na relação estreita com o Reformismo Ilustrado no último quartel do século XVIII, deságua numa dada relação construída com o mundo natural, com visões sobre a natureza e sobre as populações coloniais. O Reformismo Ilustrado na tênue relação entre a Coroa e os domínios coloniais, mormente a América portuguesa, se propõe a responder à crise do sistema colonial por meio de uma proposição política que daria grande margem de mobilidade aos colonos nas possessões ultramarinas, com a circulação mais intensa de espécimes vegetais, com a transplantação de espécies que poderiam ser melhor aproveitadas nos sertões da América portuguesa. Circulação essa, que, entretanto, possuía e possui vários níveis de apreensão e de tradução, como buscamos observar. Assim, a Academia das Ciências de Lisboa, nesse período, por meio de seus produtos culturais, principalmente as memórias econômicas, se encontra em meio a esses vários debates, políticos, econômicos e científicos. E é justamente por meio dessas memórias, e de uma série de escritos desses homens de ciência ilustrados, com suas projeções coloniais em disputa, que se pode observar as várias dimensões da consciência imperial, que buscava fazer circular conhecimentos, transplantando também para os sertões da América portuguesa paisagens com as quais fosse identificada uma cultura do melhor aproveitamento dos espaços, principalmente a partir de introdução de espécies vegetais, e incentivos à agricultura e ao comércio. Entretanto, pensar os espaços se faz bastante diferente do vivenciar e experimentá-los diretamente. Tais ambientes se mostravam muito mais hostis do que as proposições nas memórias econômicas faziam acreditar, e na circulação da ciência colonial, na tentativa de transformar os espaços em ambientes coloniais, negociações com agentes humanos e não humanos se faziam necessários, e mesmo imprescindíveis no intento e na implementação de projetos coloniais.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, J.J. de A. Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Revista USP*, v. 46, p. 66-78, 2000.
- BAKHTIN, M. *The dialogic imagination: Four essays*. Austin: University of Texas Press, 1981.
- CANIZARES-ESGUERRA, J.; THURNER, M. *The invention of Humboldt: on the geopolitics of knowledge*. New York; London: Routledge, 2022.
- COELHO, M.C. A civilização da Amazônia – Alexandre Rodrigues Ferreira e o Diretório dos Índios; a educação de indígenas e luso-brasileiro pela ótica do trabalho. *Revista de História Regional*, v. 5, n. 2, p. 149-174, 2000.
- CORTESÃO, J. *A geografia e a economia da Restauração*. Lisboa: Seara Nova, 1940.
- CURTO, D.R. *Cultura imperial e projetos coloniais: séculos XV a XVIII*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- DEAN, W. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 216-228, 1991.
- DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

O Reformismo Ilustrado e a construção de espaços coloniais: os sertões da América portuguesa nas memórias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa (1779-1800)

- FERREIRA, B.F.L. Memória sobre as viagens filosóficas: um manuscrito setecentista do naturalista Manuel Galvão da Silva. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro v. 12, n. 1, p. 138-152, 2019.
- FIGUEIREDO, A. Mairi dos Tupinambá e Belém dos portugueses: encontro e confronto de memórias. In: SARGES, M. de N.; FIGUEIREDO, A.; AMORIN, M.A. *O imenso Portugal: estudos luso-amazônicos*. Belém: Editora da UFPA, 2019. p. 19-41.
- GERBI, A. *A disputa pelo Novo Mundo: história de uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GODINHO, V.M. *1580 e a Restauração: ensaios*. v. II: Sobre a história de Portugal. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1968.
- LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp, [1998] 2000.
- MELLO, E.C. de. *O negócio do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MIGNOLO, W. *The darker side of Renaissance: Literacy, territoriality and colonization*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1995.
- NOBRE, G. da S. *João da Silva Feijó: um naturalista no Ceará*. Fortaleza: Grecel, 1978.
- NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, [1979] 1989.
- PÁDUA, J.A. *"Um sopro de destruição": pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PEREIRA, M.R.; SANTOS, R.M. dos. *João da Silva Feijó: um homem de ciência no Antigo Regime português*. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.
- RAJ, K. *Relocating modern science: Circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- RAMINELLI, R. Ciência e colonização: a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo*, v. 6, n. 3, p. 157-182, 1998.
- RAMINELLI, R. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- SAFIER, N. *Measuring the New World: Enlightenment science and South America*. University Chicago Press, 2008.
- SAMPAIO, T. O sertão antes da conquista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 5, s.n., p. 79-94, 1899-1900.
- SCHWARCZ, L.M. (com AZEVEDO, P.C. e COSTA, A.M.). *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SCHWARTZ, S. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, J.A.T.R. da. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.
- WULF, A. *A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt*. São Paulo: Planeta, 2016.

Recebido em janeiro de 2023

Aceito em maio de 2023